

O CORPO NA ESCOLA: COMO PENSAR A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE NO BRASIL¹

Beatriz Yolanda Pontes de Gusmão Sá
Doutoranda em Antropologia e participante do Grupo de Pesquisa FAGES - UFPE

Resumo: Este trabalho levanta questionamentos sobre a presença dos valores sociais na maneira de comportar o corpo, enfatizando a sexualidade. Assim, explora como nós aprendemos técnicas de regulamentação corporal desde crianças, colocando o corpo como elemento social. Desta forma, aponta-se a aceitação e a discriminação presente na sociedade com as pessoas que possuem orientações sexuais diferentes da normativa, que é a heterossexual. Nesse contexto, a escola aparece como importante agente de socialização. É observado o universo escolar a partir das leis e das dificuldades que as leis educacionais têm de serem postas em prática, devido ao reconhecimento da diversidade sexual expresso nelas. As objeções nas leis ocorrem a partir do posicionamento de uma normatização conservadora por parte dos atores políticos profissionais, como o projeto Escola Sem Partido. A intenção é refletir sobre a necessidade de pensar e fazer a escola atuar como uma ferramenta de transformação para que haja mais respeito social com os “diferentes”. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, mas com exemplos reais retirados de pesquisa empírica e, também da realidade social do país.

Palavras-chave: Corpo; escola; sexualidade.

Introdução

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), amplamente mencionada nos meios de comunicação² e divulgada no dia 17 de maio de 2018, dia internacional contra a homofobia, o Brasil está no ranking dos países que mais matam pessoas LGBTI³. O percentual é de uma morte a cada 19 horas. Os números dão apenas uma base do panorama, pois além dos casos não contabilizados, sabemos que as ações preconceituosas podem fazer com que alguns sujeitos venham a cometer suicídio, devido aos ataques constantes e ao sentimento de rejeição. O Brasil foi um dos

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 a 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Alguns links que noticiaram a pesquisa: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/brasil-mais-mata-lgbts-1-cada-19-horas/> e <https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>.

³ LGBTI = Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersex.

primeiros países a tirar a homossexualidade da lista de crimes e se pegarmos a Constituição Federal (1988), o Estado garante os fundamentos de cidadania a todos, sem distinção de nenhum tipo de preconceito. Mas as situações de intolerância registradas em ações físicas, psicológicas e verbais nos mostram o contrário.

Assim sendo, a educação pode servir como uma ferramenta importante para que comportamentos agressivos possam ser diminuídos, ou até mesmo, serem extintos se pensarmos a um longo prazo. Isto porque a educação nos oferece conhecimento, noções de cidadania e atitudes de respeito. Desta forma, os jovens iriam crescer entendendo que os fatores sexuais se encontram dentro de uma diversidade de maneiras de ser e que essa característica diz respeito ao particular de cada pessoa, não devendo interferir nos direitos de respeito e de cidadania.

A questão é que as ideias que dominam as leis e as normas de conduta da sociedade brasileira são conservadoras e muito motivadas em fundamentos religiosos. Isso faz com que algumas situações permaneçam, como os casos de preconceito com as pessoas LGBTI. Existiram tentativas de colocar no Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, especificações de sexualidade e gênero, para incentivar ações pedagógicas com o intuito de conscientizar os alunos e de diminuir atitudes de discriminação. Mas o Senado acabou vetando o que estava na PNE e disseminou na sociedade a ideia da ideologia de gênero, agindo como se fosse um ideal de controle social. No entendimento popular, isso levaria a uma escolha livre, desgovernada e sem reflexões do gênero e da sexualidade que uma pessoa poderia ter, o que acabaria influenciando a orientação sexual de crianças e jovens. Esse processo começou em 2001 e os debates se estendem até hoje sem muitos avanços positivos para uma transformação, ao contrário, a realidade mostra um avanço do projeto Escola Sem Partido.

Diante desse jogo de poder para tentar mudar a realidade preconceituosa na qual o país passa, a educação não consegue chegar a todos com a finalidade de equidade de gênero e respeito a orientação sexual. É importante ressaltar que já houveram pequenos avanços na legislação brasileira no que diz respeito a população LGBTI, mesmo diante da pressão conservadora, mas no que tange a educação, ainda se tem uma grande lacuna na realidade.

Isto posto, o artigo presente tem a intenção de debater se as orientações sexuais são encaradas no âmbito escolar, como isto é tratado e de como a educação (e a escola) podem influenciar na diminuição (ou na permanência) da discriminação de pessoas com

sexualidades que não é a hegemônica, ou seja, a identidade heterossexual. Dentro desta discursão, ressalto a importância dada ao corpo e a maneira de como devemos comportá-lo de acordo com as normas sociais e como isso afeta os atos de discriminação contra os “diferentes”.

Corpo e aprendizado: influência social no comportamento corporal individual e coletivo

“Da 4^a até o meu 3^a ano foi *bullying* constante, era bizarro. Todo dia era muita brincadeirinha, eu só não sofri agressão física, cheguei perto de sofrer [...] pra você ter ideia, hoje em dia eu não tenho mais relação nenhuma com ninguém do colégio”, essa declaração foi de um entrevistado, o Isaque⁴, em 2016, sobre a sua vida escolar para minha pesquisa de mestrado⁵. O jovem ainda relatou que sofria muito porque tinha os traços afeminados desde criança e a voz não engrossou na puberdade, por isso era alvo de preconceito antes mesmo de entender a sua orientação sexual.

Assim como o Isaque, muitos outros jovens sofrem a mesma situação nas escolas. Como o Roberto, quase dez anos mais novo do que o Isaque, relatou⁶ ações iguais sofridas pelos colegas da escola:

[...] quando eu me assumi na escola eu já tava no ensino médio e me assumi numa posição de autoafirmação. Eu dizia: “sou e pronto”, e quando alguém falava ou tentava alguma brincadeira eu fazia outra por cima e tirava o direito das pessoas de fazerem brincadeira com isso.

Esses jovens não estudaram na mesma escola e, em ambos os casos, os jovens relataram que as escolas não tinham nenhuma didática pedagógica para tentar amenizar esses atos. No caso de Isaque, a mãe dele chegou a ir na escola algumas vezes, mas os atos sempre voltavam a acontecer. Isso exemplifica o tratamento dado a esse assunto dentro do espaço escolar. É interessante ressaltar que os dois jovens estudaram em escolas particulares de classe média no Recife.

⁴ Os nomes que aparecem na pesquisa descrita são fictícios para preservar a identidade dos sujeitos.

⁵ Pesquisa *O consumo e seus desdobramentos sociais entre os jovens homossexuais no Recife*, na qual fui bolsista CAPES, realizada no Programa de Pós-graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco, defendida em 2017.

⁶ Relato também tirado da minha dissertação.

A partir desses dois casos, destaco duas linhas de compreensão: a primeira é que muitas escolas, ainda hoje, não oferecem ações educativas para tratar de discriminação dentro dos seus espaços; a segunda, é a percepção sobre a importância do comportamento corporal na identidade. A maneira como comportamos o corpo reflete uma identidade que é percebida pelo outro, como ressaltou David Le Breton (2012), pois “os usos físicos do homem dependem de um conjunto de sistemas simbólicos. Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva” (LE BRETON, 2012, p. 7), e é sobre isso que vamos nos deter nessa parte.

É através das características físicas que ocorre a determinação do sexo biológico e a nossa sociedade faz com que esse físico seja relativo a orientação sexual que as pessoas devem ter, ignorando, assim, o que elas realmente sentem. Essa interferência da sociedade nos nossos corpos e, conseqüentemente, na nossa sexualidade faz concordar com Guacira Louro (2007; 2010) quando ela falou que os corpos têm sentido social, isso porque a construção social dos sujeitos passa pelo corpo. Desta forma, os preceitos estabelecidos pela nossa sociedade são do

[...] homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo”, e gays e lésbicas serão descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2010, p 15-16).

Nesta fala, notamos o quanto características do corpo tem representações importantes na nossa sociedade. Dela também podemos ver na teoria o que acontece na prática com os exemplos de Isaque e Roberto, ambos sendo alvos de ataques por serem os “desviantes da norma”, isto porque “meninos e meninas aprendem, também desde cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade” (LOURO, 2010, p 28).

Louro (2010) ainda ressaltou que os corpos constituem na referência âncora da identidade, assim como Le Breton (2012), e isso também está presente na fala do Isaque quando ele disse que as mudanças no corpo na fase da puberdade foram diferentes para ele do que para seus demais colegas de classe. Desta maneira, destaco a relevância que damos às particularidades do físico fazendo menções que podem nem ser reais, pois não é o tom da voz que vai determinar, de fato, a orientação sexual de alguém. E assim, fazemos associações ligadas a gestos, a contextos físicos e até a própria

vaidade/cuidados com o corpo que são rapidamente relacionadas a sexualidade, exatamente por causa dessas normas sociais que nos são ensinadas na socialização, no qual os indivíduos aprendem o que é do masculino ou do feminino.

Para além dos atributos físicos, Marcel Mauss ([1930]2003) já havia alertado para o fato de que o comportamento corporal era administrado pelo social a partir de normas aprendidas desde a infância. Essas tradições de como se servir do corpo variam com os costumes de cada sociedade, com a idade, com o sexo e com o rendimento, ou seja, com o resultado do adestramento (palavra utilizada pelo próprio autor). Ele ressaltou que a transmissão das técnicas corporais se dava tanto pela imitação como a partir do ensino. Assim, Mauss ([1930]2003) citou a escola como uma das responsáveis pelo processo de aprendizagem do corpo.

Quando falamos em maneiras de comportar o corpo, assimilamos também regras de sexualidade, pois elas ainda estão relacionadas ao sexo biológico e as questões de gênero. Então, concordando com Mauss ([1930]2003), Louro (2010) falou em uma escolarização/pedagogia do corpo, afirmando que a escola tem um papel importante em fazer com que os indivíduos aprendam a olhar, falar e tocar, mas também está presente no reforço das normas corporais devido a consolidação de padrões como o comportamento de mocinha, a dureza masculina, o reconhecimento dos descentes e a rejeição dos indecentes.

Louro (2010) ressaltou também que essa pedagogia ocorre, na maioria das vezes, de forma sutil, mas contínua, o que faz com que ela se consolide no inconsciente dos indivíduos. Assim, eu lembro de Michel Foucault ([1979]1993) quando ele denominou a regulação social do corpo de biopoder. Isso significa que o corpo aparecia funcionando como um dispositivo de visibilidade do poder, o que implicava de técnicas para disciplinar o corpo de acordo com as normas sociais. Esse assunto também foi trazido em *Vigiar e Punir* ([1975]2014) juntamente com o destaque para a instituição do colégio como modelo mais frequente de educação, que ensina e vigia. O autor usou como um dos exemplos a disposição das salas de aula em filas, o que individualizava os corpos e fazia com que eles ficassem dispostos numa rede de relações funcionais e hierárquicas. Como Mauss ([1930]2003), Foucault ([1975]2014) também falou em adestramento, técnicas de treinamento corporal e ainda destacou o papel da escola como notável ferramenta de regulação dos corpos.

Diante de todo o debate sobre relações entre físico, comportamento, técnicas e sociedade, vemos o quanto que a escola foi colocada como relevante no processo de reprodução ou mudança das normas sociais. Isso porque o espaço escolar é o segundo ambiente mais significativo de socialização e de sociabilidade, pois é o local onde as crianças vão começar a ter contato com outras pessoas que não a família. Sendo assim, é interessante perceber a educação como algo que vai além do aprendizado intelectual, pois para além disso, ela

nunca é uma atividade puramente intencional, os modos de relação, a dinâmica afetiva da estrutura familiar, a maneira como a criança se situa nessa trama e a submissão ou resistência que a ela opõe aparecem como coordenadas cuja importância é mais e mais considerada na socialização (LE BRETON, 2012, p. 8-9).

Quando Isaque e Roberto falaram que suas escolas não promoveram nenhum evento pedagógico contra as ações de preconceito que eles sofriam, reparamos que há muito mais a tendência da reprodução do que é hegemônico, ou seja, a heterossexualidade. Outro ponto observado é que parece que as gestões escolares não sabem realizar a mediação entre escola e alunos em relação aos conteúdos que ainda são tabus sociais, visto que alguns alunos e muitos pais se incomodam de debater assuntos relacionados a sexualidade. Dessa maneira, Louro (2014) enfatizou que por muitas vezes a escola oculta o homossexual, pois

ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los/as, ou pelo menos, se pretende evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma” [...] a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às “gozações” (LOURO, 2014, p. 71-72).

Esse silenciamento da escola reflete não só a permanência de costumes sociais agressivos, hierarquizados e legitimados com os considerados “diferentes”, mas também a falta de jeito para tratar do assunto. Ao falar disso, podemos citar a falta de investimento e problematização dessa situação na formação para professores e gestores pedagógicos. É importante entender o aluno como um enigma que desafia ao profissional e ao seu conhecimento, como ressaltou Neusa Gusmão (2000). Logo, esse profissional precisa compreender que essa relação deve ir para além da normatização social, ou seja, carece de perceber que existe um sofrimento envolvido na situação de

discriminação e que isso precisa ser contornado. Ainda de acordo com esta autora, é necessário que a educação seja entendida como processo de aprendizagem baseado na comunicação e na troca permanente entre diferentes.

Louro (2007) já chamava atenção para o fato de que os valores do corpo mudam com o tempo, e a maneira como a sexualidade é tratada também deve passar por esse processo de mudança. Sendo assim, é importante destacar que “o outro existe e está no nosso mundo como nós estamos no dele” (GUSMÃO, 2000, p. 13), ou seja, silenciar não vai fazer a situação sumir. Pensamos tanto em promover igualdade que acabamos por negligenciar que as diferenças são importantes para sermos. O problema, então, não está na diferença e sim, na desigualdade com que os “diferentes” são tratados, e com isso, a heterogeneidade encontra-se institucionalmente negada, como destacou Gusmão (2000).

Concordando com Louro (2014), parece que se a temática da sexualidade não é tocada, ela vai permanecer fora do ambiente escolar, o que não é verdade, pois a escola é formada por pessoas que trazem suas significações e identidades para se relacionarem no mesmo espaço. Por isso, é preciso que a escola seja acolhedora com todos e que se perceba que ela também é responsável por noções de sujeito, respeito e cidadania para além do conteúdo intelectual. Desta forma, a escola deve poder ter as ferramentas para agir como tal.

Sexualidade, leis e educação: a escola na permanência (ou não) de hierarquias sociais

A realidade representada nas falas de Isaque e Roberto mostram como é difícil para um homossexual a vivência escolar. Muitos jovens sofrem a discriminação antes mesmo de entenderem as suas sexualidades, como o Isaque, visto que as agressões psicológicas já começam a ocorrer na infância através das piadinhas e gozações. E quando naturalizamos esse comportamento com brincadeiras, reforçamos preconceitos sociais. Mas como fazer com que o ambiente escolar seja menos agressivo com os “diferentes” e promova uma reconstrução comportamental se a escola, em sua maioria, reproduz os valores e normas sociais?

Como apontou Vasconcelos e Gusmão Sá (2017), para pensar os preceitos dos direitos humanos de igualdade na escola, devemos antes refletir sobre

[...] a quem a escola serve. Estamos em busca de cidadãos críticos e que caminhem intelectualmente com suas próprias pernas ou estamos adestrando pessoas para visarem, exclusivamente, um diploma vazio de suas próprias ideias? Preparamos pessoas apenas para passar numa prova e adentrar em uma universidade ou visamos uma formação completa de indivíduos que estejam realmente preocupados com mudanças e bem-estar social? E como conseguir esse melhor convívio social sem o ensino à tolerância das diferenças? (VASCONCELOS; GUSMÃO SÁ, 2017, p. 210).

Bem, ocorreram pequenas tentativas no que se refere a legislação da educação no Brasil. O país já se comprometeu nos diversos eventos internacionais, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, em 2000, em pensar uma educação mais horizontal, que vise igualdade de acesso e qualidade para todos. A própria Constituição do Brasil (1988) chega a garantir isso, mas vemos avanços tímidos, como bem ressaltou Toni Reis e Edla Eggert (2017). Os autores falaram ainda da trajetória do debate de sexualidade nas leis educacionais no país, pois em 1996 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi estabelecida a criação de um plano único. Mas o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) só foi elaborado em 2001.

Desde então, há um grande debate que acabou tomando proporções totalmente diferentes da proposta de garantir uma igualdade educacional e utilizar a escola como ferramenta de transformação. Claudia Vianna e Sandra Unbehaum (2006) destacaram que as temáticas de gênero e sexualidade foram colocadas em políticas públicas de outros âmbitos, como trabalho, bem antes da educação e, que o governo não cumpriu os planos traçados nos eventos internacionais. Elas ressaltaram o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, em 1998. O documento propunha uma reflexão educacional “sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais [...] ressalta que a construção da identidade de gênero e da própria sexualidade extrapola a mera configuração biológica” (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p. 413). Porém, poucas sugestões foram incorporadas pelo MEC.

Outro fato ocorreu na Câmara dos deputados, em 2010, destacando no texto da PNE a superação da desigualdade em relação à orientação sexual. O Senado, composto em sua grande maioria de políticos homens e conservadores, retirou a especificação referente a sexualidade. Alguns políticos começaram então a se basear em Jorge Scala

(2015)⁷, ainda de acordo com Reis e Eggert (2017), para propagar a ideia da ideologia de gênero. Isso seria a ideia de que existia uma doutrinação por parte de um grupo com a intenção de desorganizar a ordem social e familiar, promovendo a fluidez e mudança leviana de gênero e de orientação sexual para crianças e jovens. Muitos religiosos se apropriaram do mesmo discurso e começaram a disseminá-lo entre os fiéis, o que acabou dificultando tanto os avanços na educação como os sociais, visto que os índices de violência contra a população LGBTI só aumentam. Desta forma, pessoas preconceituosas criam argumentos para fundamentar suas ações discriminatórias com os LGBTI.

Essa falácia de ideologia de gênero acabou dando embasamento para o projeto Escola Sem Partido⁸. Ele existe desde 2004 e foi criado por políticos que se diziam preocupados com abusos na prática do ensinar. De acordo com as autoras Vasconcelos e Gusmão Sá (2017), o projeto, que já está valendo em algumas instâncias municipais⁹, visa vigiar os professores para que eles não promovam debates sobre gênero, orientação sexual, opiniões ideológicas ou incentivem os alunos a suas correntes políticas. Isto porque os autores do projeto afirmaram que estava ocorrendo um direcionamento “esquerdista” nas escolas, o que estava gerando jovens “rebeldes”.

Interessante destacar que isso se deu a partir do ensino obrigatório de filosofia e de ciências sociais (noções de antropologia e sociologia) no ensino médio, ou seja, além de noções políticas, também se começou a refletir sobre o ser e a vida em sociedade. E, diante disso, nos protestos e movimentos estudantis que aconteceram no país, havia uma boa quantidade de jovens estudantes cobrando responsabilidade do governo,

⁷ Scala é um autor argentino que fez uma teoria sobre a suposta ideologia de gênero. Ele compara a lógica da ideologia de gênero com o nazismo e o marxismo, como uma ideia de doutrinação para a desordem social, chegando em falar de lavagem cerebral global. Ao meu ver, o autor tem um posicionamento altamente fundamentalista e preconceituoso, pois desconsidera o sofrimento de pessoas que passam por problemas de aceitação própria e da família, além de todo o preconceito social. SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família**. 2 ed. Trad. Lyége Carvalho. São Paulo: Katechesis, 2015.

⁸ Mais informações no próprio site do projeto: <https://www.programaescolasempartido.org/>

⁹ Em relação ao âmbito nacional, o projeto ia ser votado na Câmara dos Deputados no dia 31 de outubro de 2018, mas foi adiado novamente devido à pressão da oposição. Informações em: <https://istoe.com.br/camara-pode-votar-nesta-quarta-projeto-da-escola-sem-partido/>, <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/559892-CANCELADA-VOTACAO-DA-PROPOSTA-DA-ESCOLA-SEM-PARTIDO.html> e <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/com-protesto-contras- gritos-de-bolsonaro-camara- adia-votacao-do-escola-sem-partido.shtml>.

questionando ações políticas que não eram voltadas para o bem da população, bem como refletindo sobre o respeito e a desigualdade em relação ao gênero e a comunidade LGBTI. Um bom exemplo disso foram as ocupações das escolas em São Paulo, em 2015 e 2016¹⁰.

O projeto Escola Sem Partido sugere a fixação de cartazes nas salas de aula para enfatizar os deveres dos professores e para que os alunos fiquem atentos a qualquer tipo de “doutrinação” nas aulas. Reforçando que os conteúdos “perigosos” passam de assuntos políticos até debates de gênero e sexualidade. Reis e Eggert (2017) ressaltaram que, desta maneira, os professores podem sofrer processos judiciais devido ao tipo e contexto que levarem para as aulas. Importante destacar que isso fere o direito de autonomia da cátedra garantido constitucionalmente para os professores.

Sobre a postura dos professores, é importante questionar se os cursos de formação trabalham a diversidade ou se os professores tratam disso por conta própria. Um bom exemplo disso, está na pesquisa de Marion Quadros e Raimundo Nascimento (2015) que em uma formação de professores, constataram uma dificuldade de lidar com preconceitos por parte desse grupo profissional. As questões apresentadas para o debate com o grupo de professores foram em relação homofobia, aborto e gênero. Os professores participantes do debate reconheciam que os temas eram importantes para ajudar a identificarem ações discriminatórias, mas utilizavam argumentos vazios e preconceituosos em suas falas. Esse comportamento mostrou que só teorias não são suficientes para lidar com as discriminações. É necessário problematizar essas situações para fazer um trabalho de conscientização do reconhecimento das diferenças, pois é a partir da escola que se pode evitar tensões entre os diferentes grupos existentes na sociedade.

Ainda sobre a experiência de debate com os professores, Rodrigo Ristolato (2009) chamou atenção para um fato interessante. Ocorreu que em sua pesquisa ele percebeu afirmações vindo das professoras sobre elas quererem educar os alunos com igualdade de gênero, mas não tratarem essa igualdade com seus filhos. Isto ocorria devido ao medo de que os filhos virassem gays ao realizarem atividades consideradas femininas, como arrumar a casa ou ainda, ter muitas amigas femininas. Outro caso citado, foi o da filha que não se interessava por “coisas de meninas”, como maquiagem,

¹⁰ Mais informações de todas as escolas ocupadas no país de 2015 a 2016 no site: <http://www.politize.com.br/ocupacoes-de-escolas-entenda/>

mas isso não fazia com que ela não fosse mulher pelo grupo que debatia. Voltamos então, para o comportamento corporal e as normais sociais que estão imbuídas de machismo. Com isso, Ristolato (2009) alertou para o fato de que a masculinidade é construída por um processo no qual os meninos precisam se afirmarem “machos” constantemente. Podemos dizer que isso faz parte da regulação social sobre nossos corpos e que esse processo possui muito assédio e agressividade.

Um depoimento pertinente retirado também de Ristolato (2009) apontou sobre como os professores ficam sem saber lidar com situações que envolvem sexualidade, tanto por causa do tabu quanto pelo possível embate com os pais. A fala demonstra bem a discursão proposta aqui de como a problematização nas formações é importante e de como as leis educacionais poderiam ajudar a construir ações pedagógicas para que os profissionais pudessem ter mais liberdade de agir, como vemos a seguir:

Por exemplo, um menino só quer saber de brincar de boneca. Eu vou fazer o que? Tem os pais dele também. Eu não posso simplesmente chegar e dizer que tudo bem. Brinca de boneca aí. A gente sabe que são valores, mas eu vou fazer o que? Eu não vou nem dizer que concordo ou discordo porque isso nem interessa, mas eu tenho que fazer alguma coisa. Eu tenho um caso desses na minha escola [...] E o que a gente faz? Deixa brincar de boneca? Não deixa? Porque os outros meninos estão vendo e sacaneando o tempo todo (RISTOLATO, 2009, p. 23).

Ao falarmos da temática de gênero e sexualidade nas salas de aula, trago novamente Vianna e Unbehaum (2006). As autoras destacaram que a temática de gênero e sexualidade deveriam estar presentes não só nos debates sobre corpo e prevenção de doenças, mas nos demais contextos sociais. Esse enfoque de doenças faz com que orientação sexual seja colocada no currículo escolar como “promoção da saúde”, destacando a AIDS. Desse jeito, a sexualidade “acaba adquirindo o traço de um problema circunscrito ao corpo” (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p. 420). Além disso, essa postura também faz com que não se debata o preconceito e nem se fale sobre a diversidade sexual na intenção de disseminar o respeito.

Seguindo a linha de “problemas de saúde”, Helena Altmann (2003) apresentou a escola como um espaço para a atuação de políticas públicas na tentativa de prevenir a gravidez na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis. A autora destacou ações realizadas em escolas municipais do Rio de Janeiro que tinham a expectativa de mudar o comportamento sexual dos jovens. Ela falou em uma administração da sexualidade, o que remete aos estudos mencionados sobre a escola funcionando como

meio de vigiar e reproduzir comportamentos corporais. Sendo assim, ela apontou que a “rede escolar passa a ser pensada como um dispositivo político de intervenção privilegiado, buscando expandir o impacto sobre a população, através do controle da sexualidade de crianças e, principalmente, adolescentes” (ALTMANN, 2003, p. 285).

Acredito, como os demais autores citados, que o posicionamento de silenciamento das gerências escolares e também dos próprios políticos que estão na criação das leis educacionais refletem uma relação de poder amparada pela resistência social dos mais conservadores (o que inclui principalmente a elite e pessoas de grupos religiosos). A discussão de que a sexualidade no ambiente escolar iria tirar a inocência das crianças e incentivá-las a vida sexual libertina e ainda, que levaria a tendenciar interesses sexuais LGBTI serve então, como um argumento vazio de cientificidade, mas forte socialmente baseado no medo e na anormalidade de conduta. Como bom exemplo disso temos a própria disseminação da ideia de uma ideologia de gênero no episódio do “kit gay”¹¹, em 2011. Na ocasião, o kit fazia parte do projeto “Brasil sem homofobia” e parte do material focava na formação de educadores para saber lidar com questões de gênero e sexualidade nas salas de aula. Porém, mais uma vez, a bancada conservadora do Congresso afirmou que o material iria incentivar a “homossexualidade” e a promiscuidade entre crianças e adolescentes. Assim, o material e a distribuição foram cancelados.

Exemplos sobre a tentativa de banir o debate de sexualidade nas escolas não faltam no Brasil. Muitas leis e projetos, como o já mencionado Escola Sem Partido, relacionados a esse impedimento são apresentados e até votados por deputados e senadores. A Naara Luna (2017) apresentou uma série de casos ocorridos em 2015 dentro dos espaços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, citando políticos e posicionamentos que refletem essa barreira. Além da ideologia de gênero, alguns políticos falaram que havia uma pretensão de realização de uma revolução cultural sexual de cunho neomarxista por parte dos grupos de esquerda com o objetivo de eliminar a textura social e a instituição familiar, como destacou Naara Luna (2017).

Ideias de ideologia de gênero e incentivo a sexualidades diferentes dentro das escolas e voltados para crianças, foram propagadas também nas eleições de 2018. Esse suposto incentivo foi disseminado a partir da história de um “kit gay” (o mesmo já

¹¹ Mais informações na matéria do link: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/02/11/baixeo-escola-sem-homofobia-chamado-por-intolerantes-de-kit-gay/>

citado anteriormente), mas as afirmações diziam que esse “kit” teria sido distribuído nas escolas para os alunos. Apesar de o próprio Ministério da Educação¹² ter desmentido tal fato, essa narrativa permaneceu em falas de candidatos e de eleitores. Isso reforçou a defesa do Escola Sem Partido, de uma incitação à vigilância de professores e ainda, com a associação do debate de gênero e sexualidade como ideais da esquerda.

Outro exemplo ocorrido logo após o final das eleições de 2018, foi o de uma candidata eleita a deputada estadual de Santa Catarina. Ela publicou em sua rede social um número de telefone para que os alunos pudessem denunciar prováveis falas irregulares dos professores, reforçando, mais uma vez, a ideia do Escola Sem Partido. Os professores do estado entraram com uma ação no Ministério Público sobre essa situação. O Ministério Público analisou o fato e confirmou a autonomia de cátedra dos professores¹³ existente na própria Constituição (1988) do país.

O debate “sobre sexualidade possui bastante adesão aos marcos dos direitos humanos, mas a prática de operacionalização das políticas revela que ainda temos muito a fazer” (QUADROS, 2016, p. 186). Dessa maneira, percebemos que colocar o debate da sexualidade como parte da ideologia da esquerda e não como questão de direitos humanos demonstra a relação de poder que está posta. Isso tudo reforça o que Quadros (2016) disse sobre o investimento na educação igualitária, ela não é interessante porque pode promover exatamente uma reflexão diferenciada e possibilitar o envolvimento maior da população, no caso os jovens, nos setores governamentais.

Catarine Walsh (2009) alertou sobre a necessidade de ler o mundo criticamente e intervir na reinvenção da sociedade. Desta forma, apontou também “que não existe prática social mais política do que a prática educacional” (WALSH, 2009, p. 17). É assim que devemos pensar a educação, como ponto de partida para uma mudança social que valorize e respeite a diversidade dos grupos, seja eles referentes a sexualidade, a gênero, a classe ou a raça.

¹² Mais informações nos links: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2016/01/mec-nao-distribuiu-nas-escolas-livro-de-educacao-sexual-citado-em-video-na-internet> e <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/livro-exibido-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nunca-foi-comprado-pelo-mec/>.

¹³ Mais informações sobre o caso da deputada eleita em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml> e sobre a resposta do Ministério Público em : <http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-22>.

Conclusão

Este artigo proporcionou fazer reflexões sobre o debate e a repercussão nas leis educacionais referentes a temática da sexualidade nas escolas. Ressaltou não só o entendimento social sobre os diferentes como também o respeito à diversidade existente. No decorrer do texto foi possível observar o posicionamento de que a educação pode ser uma ferramenta importante para que mudanças sociais ocorram, o que inclui o combate ao preconceito as orientações sexuais diversas. Mas também foi percebido o jogo de poder que está presente nessa questão.

Ampliar o debate nas escolas, combater as ações discriminatórias e investir na problematização de tais situações na formação dos professores e dos gestores escolares implica a transformação de valores sociais bem definidos por uma elite política conservadora. Porém a realidade nos mostra o oposto dessas atitudes, com isso, a escola acaba funcionando como um dispositivo de reprodução das normas e regras que existe ao longo da história. Dessa forma, devemos incentivar o raciocínio histórico de que as sociedades mudam com o passar do tempo, e com isso, seus conceitos e valores também. Hoje temos muito acesso a informação e podemos utilizar esse fato para continuarmos enfatizando que a diversidade é normal e que a tolerância e o respeito ainda são o melhor caminho para uma sociedade mais digna.

Para defender tal pensamento, é necessário que nos posicionamos também politicamente, tendo em vista que já houveram várias tentativas de leis e projetos que incluíam as orientações sexuais nas pautas da educação. Projetos como o Escola Sem Partido não condizem com a realidade social do nosso país e dificultam ações que possam melhorar, além de colocar em risco o direito constitucional da liberdade do professor. São atuações como essas que inibem a atuação de professores no combate do preconceito.

Importante lembrar que os professores e gestores são socializados com as mesmas normas e técnicas corporais que os alunos. Muitos professores e pedagogos também possuem religiões que não aceitam os LGBTI e isso cria uma dificuldade a mais no diálogo. Diante dessas situações, resalto que também não é fácil para eles passarem por cima dos valores que estão tão presentes no inconsciente, mas muitos já reconhecem que é necessário atuar em relação a transformação.

As questões que permeiam a sexualidade vão além de fatores biológicos e as normas sociais ainda não aceitam esse fato. Logo, o que acaba ocorrendo além do preconceito que os “diferentes” sofrem, é uma negligência do Estado que diz em sua constituição que os protege. É necessário que haja uma reflexão sobre mudanças, pois a cultura também é passível de transformação. Sem essa transição, fica difícil criar espaços para que a educação possa, de fato, agir para uma realidade menos violenta com os LGBTI.

Referências Bibliográficas

ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. In **Cadernos Pagu**. n.21, 2003, p.281-315.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, [1979] 1993.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis: Vozes, [1975]2014.

GUSMÃO, Neusa. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes de (org.) **Diversidade, cultura e educação**. Olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2000, p. 83 – 105.

GUSMÃO SÁ, Beatriz Yolanda Pontes de. **O consumo e seus desdobramentos sociais entre os jovens homossexuais em Recife**. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 133p. Recife. 07 mar 2017.

LE BETRON, David. **A sociologia do corpo**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. Pedagogia da sexualidade. In: **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 9-34.

_____. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. In: Parry Scott (Org). **Educação, feminismo e o estado no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 25-40.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. In **Cadernos Pagu**. n.50, 2017.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, [1930]2003, p. 399-422.

QUADROS, Marion Teodósio, NASCIMENTO, Raimundo Nonato F. O diálogo entre Antropologia e Educação: experiências com a diversidade na formação de professores da educação básica. In **Amazônica: Revista de Antropologia**. v.7, 2015, p.244 – 263.

QUADROS, Marion Teodósio de. Desenvolvimento, Sexualidade de Mulheres Jovens, Políticas de Educação e Práticas Educativas: entre ausências, silenciamentos e invisibilizações. In **Anthropológicas**, 2016.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. **Ideologia de gênero**: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. In *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 138, Jan. 2017, p. 9-26.

ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha. Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes. **Rev. Estud. Fem.** 2009, vol.17, n.1, p.11-30.

VASCONCELOS, Flávia Maria dos Santos; GUSMÃO SÁ, Beatriz Yolanda Pontes de. Entre aparelhos ideológicos e hegemônias: uma análise sobre o projeto Escola Sem Partido. In **Anais do III Seminário Internacional do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina (SIOMSAL)**. Caruaru, 2017, v. 2, p. 208-221.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. In **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 95, ago. 2006, p. 407-428.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica e pedagogia de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. In: Vera Maria Candau (org). **Educación Intercultural na América Latina**: Entre Concepções, Tenões e Propostas. 7 Letras, 2009, p 12-42.